

Família e sociedade: uma análise sobre o processo do desenvolvimento humano

Family and society: an analysis of the human development process

Karina Afonso da Costa^{†*}, Tamires Jordão Laport[‡]

Como citar esse artigo. da Costa, KA; Laport, TJ. Família e sociedade: uma análise sobre o processo do desenvolvimento humano. Revista Mosaico. 2019 Jan/Jun.; 10 (1): 49-55.

Resumo

Todos nós nascemos inseridos em um determinado contexto social específico. Nossa primeira forma de interação geralmente é a família, logo, o mundo nos é apresentado através dos olhos de quem já passou por um processo de construção e desenvolvimento (constantes). A criação apresenta muitas variáveis, desafios naturais e outros trazidos pela modernidade e evolução das sociedades, tais como o período de adolescência, aplicação de punição, entrada e ascensão da mulher (mãe) no mercado de trabalho, novas configurações de família e relacionamentos, adoção etc. Diante disso, se ressaltam os possíveis desdobramentos envolvidos nestes fatores. A discussão deste tema é necessária para que se faça um levantamento da influência familiar e do meio social no processo de construção e desenvolvimento enquanto sujeitos, identificando os fatores envolvidos e de que forma são propagados, tendo em vista a pequena quantidade de documentos relacionados ao tema específico. Para expor o assunto em questão, o método utilizado foi a revisão de literatura especializada, abordando os aspectos determinantes relacionados às heranças genéticas, comportamentais e sociais de nossos cuidadores e do ambiente, sob a perspectiva comportamental e sócio-interacionista. Em suma, podemos nos considerar frutos construídos pela interação com a família e o meio, atribuídos de influências consideráveis que nos são passadas de diversas maneiras e afetam nossas vivências ao longo da vida, capazes de determinar comportamentos, através das experiências pessoais.

Palavras-Chave: Família, Desenvolvimento Humano, Interação Social, Comportamento, Criação.

Abstract

We are all born into a particular social context. Our first form of interaction is usually the family, so the world is presented to us through the eyes of those who have already undergone a process of construction and development (constants). Raising Children many variables, natural and other challenges brought about by the modernity and evolution of societies, such as the teenage period, punishment application, entry and ascension of the woman (mother) in the labor market, new family configurations and relationships, adoption etc. Faced with this, the possible developments involved in these factors are highlighted. The discussion of this theme is necessary to make a survey of the portion of family influence and social environment in the process of construction and development as subjects, identifying the factors involved and how they are propagated, given the small amount of related documents to the specific topic. To explain the subject, the method used was the review of specialized literature, addressing the determinants related to genetic, behavioral and social inheritance of our caregivers and the environment, from the behavioral and socio-interactionist perspective. In short, we can consider ourselves as people constructed through interaction with the family and the environment, attributed to us from considerable influences that are passed on to us in different ways and affect our lifelong experiences, capable of determining behaviors through personal experiences.

Keywords: Family, Human development, Social Interaction, Behavior, Creation.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo evidenciar que recebemos estímulos durante grande parte de nossa vida, capazes de agir sobre nossa estruturação pessoal através do que é, geralmente, nossa primeira relação social, a família, seja esta biológica, adotiva ou afetiva, apontando os aspectos que contribuem para nossa construção e o quanto de relevância pode ser atribuído a ela, além de objetivar a compreensão da família em uma

sucessão de práticas que são preservadas e difundidas neste grupo de gerações. É necessário que haja uma reflexão a respeito do papel que a família e o âmbito social desempenham na construção do ser humano, já que influenciam no processo de desenvolvimento, abordando as influências genéticas, interacionistas e comportamentais no que diz respeito à formação e desenvolvimento humano em sua totalidade e, ainda, dos possíveis impactos causados pela negligência parental na vida do indivíduo.

Para isso, foram exploradas as variáveis e os

Afiliação dos autores: † Graduanda em Psicologia, Curso de Psicologia, Universidade de Vassouras, Vassouras, RJ, Brasil

‡ Mestre em Psicologia, Curso de Psicologia, Universidade de Vassouras, Vassouras, RJ, Brasil

Email para correspondência: karinacosta923@gmail.com

desafios envolvidos neste curso através das questões individuais da criação familiar, desde o nascimento, infância, adolescência, a maneira como o mundo, a cultura e os costumes nos são apresentados, até o percurso da história social e parental, novas distribuições e dinâmica familiar, entrada da mulher (mãe) no mercado de trabalho, surgimento da adoção e inserção nas relações homoafetivas, psicopatologias, maneira de conduzir as demandas desafiadoras dos filhos, além de outros aspectos da criação.

A metodologia utilizada para abordar o assunto em questão foi a revisão de literatura especializada, através da perspectiva comportamental e sócio-interacionista.

Definição de família

Neste artigo a família é levada em conta como o primeiro grupo social nuclear de um ou mais indivíduos, considerando mãe(s), pai(s) e filho(s), sejam estes de natureza biológica ou afetiva, contribuindo indiscutivelmente para a construção e desenvolvimento humano, como ponto de partida. Seu processo de evolução se dá por um conjunto de normas, doutrinas, concepções, padrões morais e comportamentais aprendidos e passados por gerações. Suas práticas podem ser influenciadas por mudanças sociais que estão em constante transição como uma maneira de adaptação e de preservar sua sucessão e conservação. (MINUCHIN, 1985)

Regras sociais e pais como primeiros mediadores

Em contexto social, regras são amostras normativas que estimulam e limitam os comportamentos dos indivíduos inseridos em uma comunidade, a fim de preservar a ordem e o respeito. Estas regras são estabelecidas gradualmente, vindas da família nuclear e após da troca com o meio e cultura, que pode variar de acordo com o tempo e local em que se está inserido. Os padrões são vigorados à medida que obtém êxito, promovendo assim, a maior possibilidade de fixação e continuidade dentro de um sistema social. (MATOS, 2001)

No âmbito familiar, os pais são os primeiros mediadores e transmissores da aprendizagem inicial dos filhos em diversos contextos, afetando, mesmo que involuntariamente, a sua maneira de se construir, já que ao nascer, somos desprovidos de conceitos e práticas de comportamento e valores, que só serão adquiridas ao longo do desenvolvimento, considerando o ser humano como membro social. (LEMES, 2011)

A forma como esta construção se desencadeará, dependerá também de envolvimento, dedicação ou ausência por parte dos pais durante todo o processo de

molde na estruturação do indivíduo enquanto membro de uma sociedade detentora de normas e padrões morais. Os mecanismos naturais (biológicos) não bastam para conclusão de afazeres, é preciso socialização para que haja desenvolvimento e aperfeiçoamento. (VYGOTSKY, 1996)

Estilos parentais

Para evidenciar os frutos da interação pais e filhos, podemos citar três diferentes estilos parentais, segundo Baumrind (1991), o estilo autoritário, o estilo participativo (autoritativo) e o estilo permissivo. De forma sucinta, estes estilos fazem referência respectivamente:

- A pais que buscam moldar e controlar as atitudes de seus filhos de forma dura e com rigidez, prezando um acatamento e cumprimento de suas exigências, recorrendo a punições físicas e verbais e utilizando-se muitas vezes, de tons ameaçadores e barganhas como autoridade para obter o comportamento desejado.

- Pais participativos, que buscam administrar as necessidades das crianças estabelecendo limites de forma firme e ao mesmo tempo com atitudes de afeto e diálogo, estimulando a obediência e aprendizado dos filhos a desenvolverem proporção e autonomia.

- Pais permissivos, centralizados em suas crianças, oferecendo grande foco atencional e emocional, com baixos incentivos em relação a direcionamentos e estruturação, a fim de que sejam queridos pelos filhos, o satisfaçam ou consigam suprir, por exemplo, a ausência que o trabalho demanda por parte deles no processo de educação dos filhos.

Formação e manutenção de comportamentos

A maneira de conduzir a criação de seus descendentes e o modo de se portar diante deles é o que rege, mesmo que inicialmente, o desencadeamento e manutenção dos comportamentos.

Em termos sociais, estes podem ser adequados ou inadequados e são as vivências desta interação e a forma de experimentá-las que determinarão os padrões comportamentais que serão desenvolvidos. A aquisição de comportamentos e conceitos morais pode ocorrer através de modelagem, ou seja, de forma intencional dos pais transmitirem o que é desejado aos filhos, ou por reprodução, onde a criança aprende por observação dos atos involuntários e maneira de ser de seus pais, logo as habilidades específicas dos filhos se devem às que os pais possuem ou não no momento de conduzi-los. (OLIVARES et. al., 2007)

Habilidades pessoais advindas de gerações anteriores e da troca com o meio, potencializam a

experiência entre pais e filhos de forma positiva e agregadora. A possibilidade de contribuir com sucesso para a formação de um ser humano e a chance de os filhos absorverem estes aprendizados é maior quando os pais são detentores de ferramentas para lidar com os desafios de construir um ser para além das necessidades básicas de sobrevivência.

A forma de se comunicar com solidez, resistência aos desejos prejudiciais e inabilidades dos filhos e capacidade de reforçar condutas e práticas almeçadas fará possivelmente, com que o indivíduo cresça com maior manejo diante da interação com o mundo e suas adversidades. Por outro lado, pais sem habilidades significativas ou ausentes, constituem filhos com deficiência na maneira de ministrar obstáculos e desenvolver defesas, produzindo em maior número, comportamentos desadaptativos. (PINHEIRO et. al., 2006)

Em uma de suas definições, especificada como Esquema Inicial Desadaptativo (EID), Young et. al. (2009) refere-se a estes padrões como desenvolvidos através de vivências, sensações, comportamentos e emoções vindos do relacionamento com si próprio e com outros, começando pela família, onde são construídos na infância e adolescência e repetidos ao longo da vida. Os esquemas, então, seriam as ferramentas que desenvolvemos para lidar com as situações decorrentes da vida, de forma a preencher as lacunas nos esquemas que nos foram passados, criando novas adaptações.

Desenvolvimento infantil e a interação entre pais e filhos

Como descrito anteriormente, a relação entre pais e filhos e a maneira de se relacionar entre os cônjuges ou criadores perante a criança exerce grande influência no desenvolvimento infantil.

Os atributos desta relação são fundamentais para determinar a sanidade mental e emocional de um indivíduo em formação. Aspectos como instabilidade familiar, violência ou ainda psicopatologias hereditárias ampliam as chances de a criança desenvolver dificuldades afetivas e comportamentais ou transtornos na infância e na adolescência. Isso se deve à exteriorização de desajustes no contexto familiar, enquanto ainda se está em processo de aprendizado e manejo para lidar com as adversidades, ocorrendo maior incidência de fragilidade, inconsistência e variação de humor. (EREL; BURMAN, 1995)

A falta de suporte apropriado no início vida de uma criança pode trazer futuras consequências na forma de procurar auxílio, trazendo adaptações disfuncionais futuras como o uso de substâncias lícitas e ilícitas e desenvolvendo adultos despreparados para a formação de sua própria família como um ambiente favorecedor,

dificilmente conseguindo seguir um padrão diferente do que teve na infância. De acordo com o modelo de Oetting e Donnermeyer (1998), existe um risco maior de implicação em comportamentos nocivos quando o elo familiar é baixo, bem como outros fatores como situação econômica, complexidade no diálogo, presença de desavenças e falta de estabelecimento de regras e limites.

Mudanças sociais no papel da família e na criação

Entre os aspectos da modernidade, temos as mudanças sociais no papel da mulher e a conquista cada dia maior do seu espaço no meio social e mercado de trabalho, que influenciaram na forma de vivenciar a maternidade e criar os filhos. Na atualidade, é comum que as mães tenham que abrir mão de momentos com seus filhos mais cedo para retornar a uma rotina de trabalho e como provedora da família, onde corriqueiramente é a responsável total pela criança. (WAGNER et. al., 2005)

Desta forma, Zamberlan (2003, p. 13-14) nos evidencia que:

A sociedade tem sofrido intensas e profundas transformações nos vários níveis que a compõem: econômico, cultural, de valores, etc. O grupo familiar, por conseguinte, acompanha essas transformações. Nas três últimas décadas, vem acontecendo uma transformação da configuração da família, com mudanças nos padrões de funcionamento entre seus membros, principalmente no que diz respeito às famílias reconstituídas. A coexistência na sociedade de diferentes arranjos familiares modificou o conceito de família e provocou um processo de assimilação e formulação de novos valores e práticas nessa instituição. (ZAMBERLAN, 2003)

Com esta transição ocasionada entre outros fatores pela Revolução Industrial, movimentos feministas e o avanço do capitalismo, houve também uma mudança geral nos papéis familiares, onde os pais passaram a contribuir nas tarefas domésticas, mães se encarregam do sustento da casa, ou ambos ficam fora por período integral, diferente da constituição das famílias anteriores a este período, como na época da parentela e patriarcado.

Essas mudanças, apesar de em constante processo, afetam a disponibilidade e qualidade de tempo na criação dos filhos, acarretando uma nova distribuição de tarefas para suprir as necessidades de uma criança que continuam as mesmas, apesar das mudanças da dinâmica familiar. Além de o contexto parental nuclear ter sofrido alterações ao longo do tempo, outro fator importante ganhou força: a negligência ou ausência. Possivelmente também pelas mudanças sociais na forma de se relacionar com o outro e na transição de valores antigos e processo de aquisição de novos valores entre as comunidades. (BAPTISTA, 1995)

Negligência parental e possíveis consequências

Gomide (2004) descreve a negligência pela desatenção, ausência, pouco caso, omissão ou falta de amor. Este seria o principal fator para o desencadeamento de comportamentos anti-sociais ou inapropriados e ainda, para o surgimento de menores infratores.

Não existe um padrão estabelecido, mas com a contemporaneidade, a negligência pode surgir involuntariamente de pais que trabalham muito ou estão fora por muito tempo e não participam diretamente da vida dos filhos. É comum entre este grupo, que cheguem em casa exaustos, impacientes ou cujo os filhos são criados por outras pessoas, que sendo familiares ou não, não podem ou devem suprir as necessidades psicoafetivas da criança e os pais acabam contribuindo basicamente para as carências mínimas de sobrevivência e sustento.

Nestes casos, Gomide (2004) cita ainda que a estruturação da criança enquanto indivíduo é comprometida de forma a não desenvolver grande vínculo afetivo com os pais e déficit de aparatos para explorar o lado social, fazendo com que seja relativamente comum a vivência de experiências moralmente inaceitáveis em decorrência da falta de limites e da fuga por algo em que possa manter o controle que não obteve na relação familiar em casa.

Adolescência enquanto desafio natural

Sobre os desafios da criação de um ser humano, podemos citar uma fase que apesar de esperada, geralmente é marcada por transições e dificuldades entre pais e filhos, a adolescência. Silva e Mattos (2004) citam este processo como uma ponte entre a fase infantil e a adulta, repleta de descobertas e incertezas, carência de aceitação e inclusão social e desenrolar da identidade sexual. O tempo de demarcação deste período e a forma de lidar com ele é variável conforme o local, período histórico, costumes e sociedade em que se está inserido.

Apesar de conflituosa, a adolescência é parte muito importante para a evolução psicológica, atingindo o indivíduo e os que estão a sua volta. Os cuidadores são imprescindíveis neste processo para que ofereçam suporte, informação e compreensão, além do fato de que um adolescente bem resolvido será um adulto amparado para lidar com a sucessão familiar (OSÓRIO, 1996). Drummond e Drummond Filho (1998); Tallón e cols. (1999) ressaltam que um bom curso na estrutura familiar anterior ao período de adolescência, facilita a passagem por esta fase e a utilização da conversa como artifício favorece ainda mais um ambiente pacífico. Assim, fica claro que os autores atrelam a família como

determinantes no processo de adaptação do adolescente ao novo ciclo de vida e também no que se refere à presença de uma boa estrutura infantil, que funciona como base para primária para qualquer vivência posterior a este período.

Novas configurações: família homoafetiva

Ainda sobre os dias atuais e as novas configurações familiares, temos a família homoafetiva, constituída por homens ou mulheres em um relacionamento homossexual, neste caso específico, a fim de adotar um(a) filho(a). França (2009) traz um questionamento a respeito das possíveis consequências na criação dessas crianças em relação à falta de uma atribuição feminina no caso de um relacionamento entre dois homens, ou masculina em uma relação de duas mulheres.

No entanto, a maternidade e a paternidade são papéis de função, ou seja, podem ser socialmente desempenhados por ambos os sexos e após conclusão da Associação Americana de Psicologia, não há indícios de agravos futuros comparados aos filhos criados por casais heterossexuais. Um bom desempenho na criação de um filho se deve ao fato de haver dedicação e funcionamento adequado do ciclo familiar e não necessariamente a respeito da composição dos membros.

A punição como geradora da auto-reflexão

Outro desafio natural aos pais é a forma de lidar com as contingências e comportamentos inadequados dos filhos. Guilhardi (2001) dividiu a postura de punição em duas: a positiva, com o objetivo de adicionar algo no momento de punir, como um tapa ou um grito, por exemplo, e a negativa, na qual o autor se aprofundou: subtrair ou recolher algo como um jogo de vídeo-game que a criança gosta muito após o ato indesejado. Ambas as punições têm o intuito de amenizar os comportamentos inadequados.

Para ele, o fundamento da punição deve ser edificante e realizado com justiça, de forma que a criança faça sua própria análise comportamental e possa modificar o inapropriado e a retirada de regalias deve ser provisória, voltando ao normal assim que possível. A punição precisa ser instantânea e consistente, sem a necessidade de intervenção da agressão física, pois assim, o foco se volta para a atitude da criança, gerando reflexão, e não vira os holofotes para os pais em um momento de explosão. Não é eficaz utilizar frases como: “Quando chegarmos em casa, você vai ver”, pois ultrapassa o tempo de elaboração que o filho deveria ter naquele dado momento e pode desencadear certa

ansiedade a respeito do que vai ser feito.

Guilhardi (2001) traz ainda que o método de punição positiva pode ocasionar respostas psicológicas disfuncionais e tristeza, fugindo da real aplicação de uma consequência. Isso pode fazer com que a criança internalize que pode evitá-la sempre que produzir um comportamento desacertado. É preciso intervir aos primeiros sinais de comportamentos maléficos ou inapropriados, evitando que estes se desenvolvam e se agravem, fazendo com que os pais percam o controle da situação.

Durante a aplicação da punição, é frequente que se apresente raiva ou indignação e comportamentos vindos desses sentimentos, deve-se então, utilizar de “extinção”, termo descrito como a habilidade de ignorar esses comportamentos enquanto vigora esse processo. O período de punição não deve se estender muito para que a criança não crie brincadeiras ou encontre alguma maneira de se favorecer e ao final do corretivo, deve-se devolver à criança ao seu espaço de rotina. Se algo é retirado durante muito tempo, a exemplo de deixar três semanas sem brincar de boneca, isso pode acarretar uma considerável diminuição da estima a respeito da boneca e quebrar o objetivo da correção.

História da adoção no Brasil e seus desdobramentos

Explorando um pouco mais as novas práticas sociais familiares, pode-se citar uma que existe desde os tempos da colonização e que afetou diretamente a criação de muitos brasileiros, a adoção. Inicialmente não era oficializada e tinha o intuito de beneficência por parte dos senhores ou aproveitamento para trabalhos gratuitos. Logo, foi através de solidariedade com finalidade cristã e exploração de serviços que a adoção se instaurou em solo nacional. Os apadrinhados recebiam tratamento diferenciado e abaixo dos filhos biológicos, este fator contribuiu para que ainda hoje, os filhos adotivos sejam vistos com certa distinção e prejulgamentos por muitos.

Quando a adoção surgiu na lei brasileira em 1828 foi pela necessidade dos casais inférteis conseguirem ter filhos, o que acabou relacionando, mais uma vez, a uma resolução de pendências específicas, afastando as questões afetuosas deste tipo de filiação. (PAIVA, 2004)

O fato de a questão sanguínea ser tão valorizada e importante na visão da sociedade se deve à era do patriarcado, já citada neste artigo. Os filhos sempre foram socialmente, a imagem e semelhança física e representativa dos pais, exceto em casos de adoção, onde não se pode ter aparência trazida pelo DNA e de certa forma, se procura ter algo que remeta àquela identidade familiar.

Shaffer (2008) cita que segundo estudos, os genes e a troca com o meio são essenciais para a evolução humana e não se deve reduzir o adotado em relação aos seus comportamentos por conta de suas raízes biológicas. Enfatiza:

Sim, os genes podem influenciar nossas reações à estimulação ambiental e, em última instância, nossa conduta social, mas dificilmente determinam nossa conduta [...] a natureza precisa da educação para expressar seu comportamento, e a educação sempre age sobre a natureza. Não existiria desenvolvimento algum sem a contribuição contínua de ambas. (SHAFFER, 2008, p. 621)

É frequente aos pais que pretendem a adoção a opção por crianças menores e com traços físicos semelhantes aos seus. Para Vieira (2004), isso se deve ao sentimento de querer representar a vivência familiar o mais próximo possível de um filho gerado biologicamente pelo casal.

Executar as funções maternas e paternas não possui relação com laços sanguíneos. Todo filho adotivo ou não, tem a necessidade de ser adotado pelo empenho e afeição dos pais. “É o afeto dedicado a uma criança que faz dela um filho e constrói em nós a postura de pais”. (SCHETTINI F., 1998, p. 24). Em relação ao saber sobre suas raízes genéticas, é saudável que este dado tão importante sobre a história pessoal não seja omitido do filho adotivo, amenizando potencialmente as chances de conflitos futuros e do impacto de uma possível revelação traumática de um segredo. (LENVINZON, 2004, p. 53)

Abandono afetivo

Enquanto existem homens e mulheres dispostos a adotar e oferecer afeto a uma criança que sequer foi concebida por eles, por outro lado, temos pais e mães que abandonam afetivamente um filho, principalmente após o término de um relacionamento amoroso, estabelecendo um conflito entre a relação com o filho e o ex parceiro. Como tipicamente a tutela da criança fica com a mãe, geralmente são os pais quem se distanciam. Entretanto, Nazareth (2003) afirma:

As atribuições dos pais, ainda que separados, permanecem. O compromisso dos filhos permanece. A responsabilidade de todos pela qualidade da relação afetiva, mesmo que proporcional as idades, funções e hierarquias dos membros, permanece. O que se desfaz é o casal. Em outras palavras, a conjugalidade rompe-se, porém a parentalidade e a tutelaridade persistem. Ou deveriam persistir. (NAZARETH, 2013, p. 26)

É evidente que o elo emocional após a separação não deve ser danificado, pois provoca grande prejuízo e provável sofrimento para o filho, que representa a parentalidade para além do relacionamento entre os pais. Mesmo quando há ressentimento entre as

partes envolvidas, ou disputa judicial pela criança ou adolescente, não se deve abster dos exercícios paternos e maternos para que o desenvolvimento e adaptação do filho ao novo cenário seja o mais funcional possível e para que se preserve a integridade da criança inserida neste contexto.

De acordo com Dorais (1994), o descaso ou ausência paterna podem gerar um ciclo de homens com a masculinidade mal elaborada, fazendo com que esse fator seja uma provável herança a ser passada para seus filhos. Através de um pai que abandona seu filho afetivamente pode surgir um novo genitor que, mesmo reconhecendo a importância da paternidade e os impactos de sua ausência, não detém de uma postura estruturada para trilhar um caminho diferente e deverá adquirir artifícios próprios, frutos do momento em que a vivência da paternidade acontecer em sua vida.

Considerações finais

Através do desenvolvimento mais aprofundado deste estudo sobre família, meio ambiental, relações sociais e tudo que abrange este contexto específico, concluiu-se que todos estes são processos que passaram por muitas modificações e estão em constante transição na busca de uma adaptação à realidade atual e da necessidade de novas configurações como parte importante para o desenvolvimento humano em sociedade.

Diante das conquistas da mulher e das transformações sociais, surgiram novas organizações no âmbito familiar e na maneira de vivenciar a experiência parental, que hoje é muito mais ampla e rompeu em grande parte com os padrões de consanguinidade e organização de papéis/função. Essas mudanças trouxeram consequências na maneira de se relacionar e nos valores, afetando indiretamente na criação, pois comprometeu o tempo, a qualidade, o envolvimento e atuação que os pais estão dispostos ou não a realizar, aumentando a incidência de afastamento e abandonos, principalmente por parte dos homens (pais).

Evidenciou-se que os envoltos exercem grande influência sobre o processo de construção humana, a troca com o meio e o relacionamento familiar agem como determinantes em nossas aquisições pessoais. Isto implica também no sucesso ou não de crianças e adolescentes que posteriormente serão adultos e levarão a base que tiveram para toda a vida, seja esta motivo de fortalecimento e manejo ou de dependência e falta de preparo para lidar com as vivências futuras.

Constatou-se ainda, que as teorias comportamental e a sócio-interacionista se complementam neste contexto e que a questão genética é relevante a respeito do comportamento, mas os grandes desdobramentos ocorrem através da troca familiar e social. Independente

da forma como a criação se desenrole, carregamos em nossa constituição pessoal os frutos somatórios destas primeiras relações. Complementando, foi possível inferir que o ser humano é altamente passível a mudanças e adaptações, possibilitando assim, a chance de evoluir a cada dia e desenvolver novos mecanismos que lhe foram negados ou recebidos de maneira disfuncional.

Referências

- BAUMRIND, D. The influence of parenting style on adolescent competence and substance use. *The Journal of Early Adolescence*, v. 11, n. 1, p. 56-95, 1991.
- BAPTISTA, S. M. S. *Maternidade e profissão*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.
- DORAIS, M. *O homem desamparado*. São Paulo: Loyola, 1994.
- Drummond, M. & Drummond Filho, H. (1998). *Drogas: a busca de respostas*. São Paulo: Loyola, 1998.
- EREL, O.; BURMAN, B. Interrelatedness of marital relations and parent-child relations: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, v.118, p.108-132, 1995.
- FRANÇA, M. R. C. Famílias homoafetivas. *Rev. bras. psicodrama*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 21-33, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010453932009000100003&lg=pt&nrm=iso. Acesso em: 07 mar. 2019.
- GOMIDE, P. I. C. *Pais Presentes, Pais Ausentes – Regras e Limites*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- GUILHARDI, H. J. *Punição não é castigo*. Instituto de Análise de Comportamento / Instituto de Terapia por Contingências de Reforçamento, 2001.
- LEMES, A. C.; BUENO, G. N.; BUENO, L. N. Família: ambiente favorecedor ao comportamento governado por regras. *Comportamento em Foco*, v. 1, p. 339-353, 2011.
- LENVINZON, G. K. *Adoção*. São Paulo: Casa do Psicólogo. Coleção clínica Psicanalítica, 2004.
- MATOS, M. A. Comportamento governado por regras. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, v. 3, n. 2, p. 51-66, 2011.
- MINUCHIN, P. Families and individual development: provocations from the field of family therapy. *Child Development*, v. 56, p.289-302, 1985.
- NAZARETH, E. R. Família e divórcio. In: CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira (org). *Família e...: Comunicação, divórcio, mudança, resiliência, deficiência, lei, bioética, doença, religião e drogadição*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.
- OETTING, E.; DONNERMEYER, J. Primary socialization theory: The etiology of drug use and deviance. Part I. *Substance Use & Misuse*, v.33, p.995-1026, 1998.
- OLIVARES, J.; MENDES, F. X.; ROS, M. C. O treinamento de pais em contexto clínicos e da saúde. In: V. E. Caballo; M. A. Simon (Org.), *Manual de Psicologia Clínica Infantil e do Adolescente: Transtornos específicos*. São Paulo: Santos, 2007. (p. 365-385).
- OSÓRIO, L. C. *Família hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- PAIVA, L. D. *Adoção: significado e possibilidades*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- PINHEIRO, M. I. S. et. al.. Treinamento de habilidades sociais educativas para pais de crianças com problemas de comportamento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v.19, n.3, p.407-414, 2006.
- SCHETTINI, F. L. *Compreendendo o filho adotivo*. Recife: Bagaço,

1998.

SHAFFER, D. R. **Psicologia do desenvolvimento**: infância e adolescência. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

SILVA, V.; MATTOS, H. Os jovens são mais vulneráveis às drogas? In: I. Pinsky; M. A. Bessa (Org.) **Adolescência e drogas**. São Paulo: Contexto, 2004. (p. 31-44)

VIEIRA, J. M. **Os filhos que escolhemos**: discursos e práticas da adoção em camadas médias. 2004. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2004.

Tallón, M. A., Ferro, M. J., Gómez, R. & Parra, P. (1999). **Evaluacion del clima familiar en una muestra de adolescentes**. Revista de Psicología Geral y Aplicada, 451-462.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch; LURIA, Alexander Romanovich. A criança e seu comportamento. **Estudos sobre a história do comportamento: símios homem primitivo e criança**, p. 151 citation_lastpage= 239, 1996.

WAGNER, A. et al. Compartilhar As mudanças sociais no papel da mulher e a tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 21, n. 2, p. 181-186, 2005.

YOUNG, Jeffrey E.; KLOSKO, Janet S.; WEISHAAR, Marjorie E. **Terapia do esquema**: guia de técnicas cognitivo-comportamentais inovadoras. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ZAMBERLAN, M. A. T. **Psicologia e prevenção**: modelos de intervenção na infância e na adolescência. Londrina: EDUEL, 2003.